



FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU

**A IMAGEM PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS SOB A ÓPTICA DOS
GESTORES DAS POLÍTICAS SOCIAIS**

Nathália Feitosa Braz

MANHUAÇU
2018



NATHÁLIA FEITOSA BRAZ

**A IMAGEM PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS SOB A ÓPTICA DOS
GESTORES DAS POLÍTICAS SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, como requisito parcial para à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a MSc. Márcia Helena de Carvalho

Área de Concentração: Serviço Social

MANHUAÇU
2018



NATHÁLIA FEITOSA BRAZ

**A IMAGEM PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS SOB A ÓPTICA DOS
GESTORES DAS POLÍTICAS SOCIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade de Ciências Gerenciais de Manhuaçu, como requisito parcial para à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof ^a. MSc. Márcia Helena de Carvalho

Área de Concentração: Serviço Social

Data de Aprovação: 10/12/2018

Banca Examinadora:

MSc. Márcia Helena de Carvalho; FACIG

MSc. Alessandra Alves de Souza Nery; FACIG

Esp. Márcia Rodrigues Pereira; FACIG

MANHUAÇU
2018



AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me abençoado e capacitado para realização deste trabalho.

Agradeço aos professores, que contribuíram e acreditaram em meu trabalho, em especial a minha orientadora MSc. Márcia Helena de Carvalho, que compartilhou seus conhecimentos e que não mediu esforços para me orientar, com dedicação e paciência.

Agradeço a instituição de ensino Faculdade de Ciências Gerenciais – FACIG, que me oportunizou cursar o Serviço Social, e pela excelência de ensino ofertado.

Agradeço a minha família, por ter me apoiado e incentivado, em especial aos meus pais, que sempre lutaram para me proporcionar a melhor educação.

Agradeço aos meus amigos e as pessoas, que direta ou indiretamente contribuíram para concretização deste trabalho e para minha formação profissional.



A IMAGEM PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS SOB A ÓPTICA DOS GESTORES DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Nathália Feitosa Braz

Orientadora: Márcia Helena de Carvalho

Curso: Serviço Social Período: 8º Área de Pesquisa: Serviço Social

Resumo: O presente estudo apresenta a imagem profissional dos assistentes sociais de acordo com a visão dos gestores de um município de pequeno porte II da região Vertente do Caparaó, Minas Gerais. A trajetória histórica do Serviço Social, em seus 82 anos de existência no Brasil, apresenta à sociedade uma profissão que ao longo do tempo foi capaz de intervir de diferentes maneiras, assistencialista, coercitiva, e atualmente, pautada na garantia intransigente dos direitos. Através de entrevistas com gestores das políticas sociais, procurou-se identificar a relação existente entre a imagem profissional do assistente social e as expectativas, assim como, as demandas dirigidas a este profissional com vistas a apontar as particularidades do seu trabalho no município em questão. A pesquisa realizada orientou-se pelo método dialético-crítico. Os resultados demonstraram que a imagem que os gestores têm do Serviço Social é conservadora, pois tendem a relacionar a profissão com o cuidado messiânico e com a manutenção coercitiva da ordem, ambas atribuições remetem aos traços existentes na gênese da profissão, não evidenciando a atuação do Assistente Social como um profissional garantidor de direitos. Neste sentido, conclui-se que a imagem profissional dos assistentes sociais sob a óptica do gestor é negativa.

Palavras-chave: Imagem Profissional; Assistentes Sociais; Políticas Sociais; Gestores.



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. DESENVOLVIMENTO.....	8
2.1. A IMAGEM PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL PRESENTE EM SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA.....	8
2.2. O MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL E A RECONSTRUÇÃO DA IMAGEM PROFISSIONAL.....	13
2.3. METODOLOGIA.....	15
2.3.1. UNIDADES DE ANÁLISE.....	15
2.3.2. TIPO DE PESQUISA	16
2.3.3. CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA E COLETA DE DADOS.....	16
2.4. DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	17
3. CONCLUSÃO	24
4. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	25

1. INTRODUÇÃO

O estudo em pauta busca identificar a imagem profissional dos assistentes sociais sob o olhar dos gestores das políticas sociais, analisando se ela é constituída por traços do Serviço Social tradicional ou se é vinculada ao projeto ético-político profissional da categoria, ou seja, uma imagem renovada. Neste sentido, buscou-se investigar a relação existente entre as demandas institucionais dirigidas ao assistente social e sua identidade profissional, com vistas a apontar as particularidades das requisições de trabalho dos assistentes sociais nos municípios de pequeno porte II.

A inserção do profissional de Serviço Social nas políticas sociais ocorreu já nos primórdios de sua criação no Brasil. Atualmente, o assistente social atua nas mais diversas políticas setoriais e em todos os níveis de complexidade, desde a atenção básica, média, até a alta complexidade, desenvolvendo atividades relacionadas ao atendimento direto aos usuários, atuação junto às equipes multidisciplinares, planejamento, gestão e avaliação de políticas e programas e, ainda, nos espaços de controle social.

Contudo, a imagem de uma profissão é atribuída, ou seja, vinculada ao processo histórico no qual ela surge e se consolida dentro da divisão sociotécnica do trabalho, neste sentido, muitas vezes a imagem profissional que o empregador/gestor, usuário e os colegas de trabalho têm do assistente social, remete a traços tradicionais que originalmente constituíram a profissão, vinculados à ajuda, à filantropia, ao militantismo e messianismo (MARTINELLI, 2009).

Para o desenvolvimento deste estudo, foi realizada pesquisa bibliográfica apontando as bases teóricas para fundamentar, a trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, relacionando aos conceitos de imagem profissional do assistente social em cada período histórico, principalmente no processo de reconceituação da profissão. Foi realizada também pesquisa com 11 gestores das políticas sociais de um município de pequeno porte II que empregam assistentes sociais da região Vertente do Caparaó, situado no Estado de Minas Gerais, para verificar qual é a imagem que eles atribuem ao assistente social, questionou-se: se a imagem profissional está relacionada às práticas tradicionais do Serviço Social ou as práticas orientadas pelo projeto ético-político da profissão? Essa imagem profissional atribuída é conservadora/tradicional ou reconceituada/moderna?

Os dados obtidos na pesquisa foram analisados à luz do método crítico dialético, por se tratar da análise da profissão dentro de uma perspectiva de totalidade, pautando-se no entendimento de que, a imagem representa uma parte da realidade, da essência exteriorizada na aparência de um dado fenômeno, não podendo ser identificada como o real em si, apenas parte dele.

Como se trata da imagem que os gestores das políticas sociais – espaço de grande empregabilidade do assistente social – atribuem ao profissional, esta pesquisa se apresenta como relevante a medida que evidencia um diagnóstico das requisições apresentadas à profissão na região, servindo também como material bibliográfico para discentes e docentes que pretenderem aprofundar a temática.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. A imagem profissional do Assistente Social presente em sua trajetória histórica

Para compreendermos a imagem profissional atribuída ao assistente social em cada momento histórico, é necessário, antes de tudo, contextualizar a profissão, desvendando os fatores políticos, econômicos e sociais que influenciaram a atuação dos assistentes sociais ao longo da história.

Conforme nos lembra Yazbeck (2009, p.130) “terá particular importância, na estruturação do perfil da emergente profissão no país, a Igreja Católica, responsável pelo ideário, pelos conteúdos e pelo processo de formação dos primeiros assistentes sociais brasileiros”. Neste sentido, a primeira escola do Serviço Social no Brasil é fundada em 1936, na cidade de São Paulo e a segunda em 1937, na cidade do Rio de Janeiro.

Os referenciais orientadores do pensamento e da ação do emergente Serviço Social tem sua fonte na Doutrina Social da Igreja, no ideário franco-belga de ação social e no pensamento de São Tomás de Aquino (séc. XII): o tomismo e o neotomismo (retomada em fins do século XIX do pensamento tomista por Jacques Maritain na França e pelo Cardeal Mercier na Bélgica tendo em vista “aplicá-lo” às necessidades de nosso tempo) (YAZBECK, 2009, p.145-146).

Assim, pautada na doutrina de cunho filosófico, religioso e moral, a formação profissional dos primeiros assistentes sociais, não os preparava para atuar junto às expressões da questão social como resultado de uma sociedade capitalista produtora de desigualdades.

[...], nesse momento, a “questão social”, é vista a partir do pensamento social da Igreja, como questão moral, como um conjunto de problemas sob a responsabilidade individual dos sujeitos que os vivenciam embora situados dentro de relações capitalistas. Trata-se de um enfoque conservador, individualista, psicologizante e moralizador da questão, que necessita para o seu enfrentamento de uma pedagogia psicossocial, que encontrará, no Serviço Social, efetivas possibilidades de desenvolvimento (YAZBECK, 2009, p.131).

As práticas do Serviço Social na época de sua criação tinham como instrumentos, as abordagens individuais, e o objetivo de “ajustar comportamentos, acomodar situações, difundir novos modos de pensar, compatíveis com a lógica da sociedade capitalista” (MARTINELLI, 2000, p.110)

A construção da totalidade, do ponto de vista do método de formação, se fazia no sentido de apreender (no estudo) as relações estabelecidas do homem/grupo/comunidade com o seu meio.

O estudo, como uma primeira etapa do método, nos conduzia a responder à pergunta “ qual é o problema? ”, para então traçar o prognóstico, o plano de tratamento e a avaliação. Trabalhávamos com um modelo de intervenção concretizado pelo manejo dos instrumentos (entrevista, reunião, assembléia, abordagem, etc) e técnicas. Entendia-se assim que, através do manejo dos instrumentos e técnicas, com o conhecimento das disciplinas, tínhamos em mãos a direção do método, buscando imprimir à ação profissional um caráter preventivo, curativo e/ou promocional (PEREIRA, 2005, p.02).

A identidade profissional forjada nesta concepção teórico-metodológica, que formou gerações de assistentes sociais, foi vista pelo Estado brasileiro na transição de um país agroexportador para urbano/industrializado como funcional a ordem burguesa.

Sabe-se que, o Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, surge no Brasil no mesmo período em que o presidente Getúlio Vargas implantava o processo de urbanização e industrialização do país, em 1930. As consequências da transição do modelo econômico agroexportador para urbano industrial sem investimento na área social foi agravando os problemas conjunturais já existentes no país – superlotação das cidades, processo de favelamento, desemprego estrutural, dentre tantos outros, representando o agravamento das expressões da questão social.

A questão social, cuja gênese é o conflito capital-trabalho, possui expressões múltiplas (pobreza, desemprego, violência, discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual, trabalho precário, dificuldade de acesso à saúde, à educação e ao trabalho, falta de moradia, violação dos direitos das crianças e idosos), carece da articulação de ações diversificadas capazes de inserir no jogo social e garantir direitos aos invalidados não só pela ‘desfiliação’, mas pela própria conjuntura histórica do país (BADARÓ, 2013, p.02).

Diante desse cenário, o Estado preocupado com a possibilidade da classe trabalhadora se organizar em movimentos sociais para derrubar o sistema capitalista de produção, gerador de desigualdades sociais, se antecede criando políticas sociais, para conformidade desta classe.

As políticas sociais constituem-se, então, como uma das atribuições do Estado capitalista de oferecer bens e serviços sociais, uma forma de enfrentamento do processo de pauperização das classes trabalhadoras e, inclusive, para garantia da manutenção e reprodução da ordem social vigente (ALVES, 2007, p.34).

Tais políticas possuem caráter contraditório à medida que consiste na concessão de benefícios em troca da docilidade dos trabalhadores. É neste contexto conflitante, que o Serviço Social alicerçado por um conjunto de saberes alinhados a vertentes conservadoras do pensamento neotomista, é requisitado pelo Estado para atender os trabalhadores de acordo com os interesses da burguesia.

A política institucional e as políticas de governo não eram universalizadas, mas dotadas de um grande espectro de critérios para o seu acesso e, sobretudo, pulverizadas. Cabia, portanto, a nós, assistentes sociais, responder ao mandato institucional, triando a população demandante e propondo-nos objetivos profissionais que respondessem ao caráter preventivo e promocional, sobretudo através de projetos educativos voltados, por exemplo, às mães (para que fizessem bom uso do orçamento doméstico e exercessem seu papel primordial de cuidado da casa e dos filhos), aos jovens (no sentido de encontrarem ocupação sadia e que evitar o aprendizado de maus hábitos), enfim, à classe operária oficialmente reconhecida pelo vínculo empregatício e aos subempregados, biscateiros. Todo o caráter educativo tinha um forte cunho moralizante, vinculado aos valores cristãos (PEREIRA, 2005, p.04).

Inegavelmente, a inserção dos assistentes sociais nas políticas sociais criadas pelo Estado capitalista, só foi possível graças a capacidade desta profissão, nascente no Brasil, de promover mútua colaboração entre o capital e o trabalho.

É dessa forma e objetivando sua própria legitimação que o Estado brasileiro incorpora parte das reivindicações dos trabalhadores, pelo reconhecimento legal de sua cidadania através de leis sindicais, sociais e trabalhistas, o que, ao lado das grandes instituições assistenciais, abre para o emergente Serviço Social brasileiro um mercado de trabalho, que amplia suas possibilidades de intervenção mais além dos trabalhos de ação social até então implementados no âmbito privado, sob o patrocínio do bloco católico. A profissão amplia sua área de ação, alarga as bases sociais de seu processo de formação, assume um lugar na execução das políticas sociais emanadas do Estado e, a partir desse momento, tem seu desenvolvimento relacionado com a complexidade dos aparelhos estatais na operacionalização de Políticas Sociais (YAZBECK, 2009, p.132).

Portanto, o Serviço Social é uma profissão que se legitima mediante a necessidade da classe burguesa, de controlar a questão social, e por isso tinha por princípio não alterar a ordem vigente, e tão somente moldá-la às exigências do capital, mantendo um rigoroso controle sobre as massas.

Em relação ao perfil das primeiras assistentes sociais brasileiras,

Será supostamente o profissional bem-educado, de aparência simples e despojada, capaz de adentrar as intimidades privadas de seus “clientes”, com a seriedade e a ternura que fazem dele um “profissional da ajuda”, do “cuidado”, do aconselhamento e da indulgência (ORTIZ, 2010, p.22).

No desenvolvimento do seu trabalho, as assistentes sociais realizavam a educação para higienização e psicologização da sociedade, ensinando às famílias novos comportamentos frente às mudanças sociais causadas pela industrialização e urbanização, tais como: o combate aos vícios do álcool e cigarro, economia doméstica, a forma de educar os filhos, a escuta e o aconselhamento a diversos assuntos pertinentes da vida familiar e do trabalho, e a realização de doações de alimentação e vestuário. Estes atendimentos de viés moralizador aconteciam dentro da abordagem de Caso, perspectiva das ciências sociais muito comuns entre as diferentes profissões na década de 1930.

Apesar da atuação conservadora, Valéria Forti (2017, p.05) nos lembra que:

Essa profissão surge com evidente dimensão política, uma vez que é uma alternativa diante dos interesses burgueses e das necessidades dos trabalhadores em dado momento do capitalismo. Pode-se dizer que é uma alternativa que se mostra distinta seja da repressão direta, como a policial, seja da caridade exercida pela militância religiosa, em face da exacerbação das expressões da questão social na era monopolista.

A imagem expressa pelos assistentes sociais no cotidiano de sua atuação nos primórdios da profissão no Brasil está intimamente relacionada ao assistencialismo e a vinculação com o projeto societário burguês, por este motivo, o Serviço Social acabou ficando marcado – a partir desta fase inicial – “como uma profissão complementar, a serviço de terceiros, representando permanentemente formas mistificadas de repressão e controle” (MARTINELLI, 2000, p.139).

Consonante à defesa do *status quo* e enfocando uma educação moralizadora que objetivava superar os desajustes individuais, o primeiro Código de Ética da profissão, datado de 1947, caracterizou-se por seu aspecto normativo e conservador vinculado ao pensamento católico, bem como por uma visão da profissão como algo homogêneo (MIRANDA e CAVALCANTI, 2005).

Em 1950, o presidente Juscelino Kubistchek, inicia um processo de desenvolvimento econômico do país, investindo na construção de ferrovias, aeroportos, sede de governo, dentre outros. Para manter sobre controle os problemas sociais provocados pelo desenvolvimento capitalista, em parceria com os Estados Unidos, o Brasil cria a proposta de Desenvolvimento de Comunidade, que consistia em desenvolver o país de maneira rápida. Neste sentido, para minimizar o impacto social deste desenvolvimento acelerado contava-se com a parceria da população, para contribuir no progresso do país, geralmente de maneira voluntária.

O Serviço Social contribuiu neste processo, assim como profissionais das mais diversas áreas, implantando a abordagem de Desenvolvimento de Comunidade, que consistia em criar multidões de voluntariados nas comunidades incitando-os a construir e reformar casa, promover cooperativas de renda e solidariedade, dentre outros.

[...] o Desenvolvimento de Comunidade é então definido como processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país (AMMANN, 1997, p.32).

Neste período o Serviço Social vivenciou um processo de expansão e legitimidade, tendo a ampliação das escolas de formação da profissão no Brasil. O Serviço Social deixa de receber a influência européia em sua formação para se pautar na influência norte-americana, sob o viés funcionalista.

É ainda na década de 50 que a ONU volta simultaneamente suas atenções para o Serviço Social, realizando três distintas pesquisas de caráter internacional sobre a formação de seus profissionais: a níveis auxiliar, de graduação e pós-graduação (AMMANN, 1997, p.32).

O Serviço Social passa a atuar junto ao desenvolvimentismo, nas comunidades e principalmente nas áreas rurais, utilizando o método funcionalista.

O conservadorismo católico que caracterizou os anos iniciais do Serviço Social brasileiro começa a ceder lugar ao Serviço Social norte-americano tornando-se tecnificado. Efetivamente, a reorientação da profissão para atender as novas configurações do desenvolvimento capitalista, exige a qualificação e sistematização de seu espaço sócio ocupacional tendo em vista atender às requisições de um Estado que começa a implementar políticas no campo social (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008 p.05).

Segundo Castro (1986), o desenvolvimentismo abriu espaços para o assistente social, o qual pôde se revalorizar como profissional, atuando nos grandes espaços das gestões públicas. O processo de desenvolvimento requisitando a ação do assistente social desenvolveu práticas que impulsionaram o Serviço Social a se encontrar no seio do Estado.

Os assistentes sociais foram integrados aos planos de desenvolvimento comunitário, já que se considerava que neste campo

a sua intervenção seria de grande valia – quer porque mostrassem múltiplas aptidões coincidentes com os programas, quer porque na sua formação profissional prévia estavam contemplados conhecimentos acerca de trabalho com grupo e, em muitos casos, acerca da administração de serviços comunitários (CASTRO, 1986, p.150-151).

A partir daí o Serviço Social destinou-se a utilizar supostos teóricos e experiência prática a favor do projeto nacional-desenvolvimentista brasileiro. A visão de homem desses profissionais era direcionada a partir dos princípios de dignidade da pessoa humana e do bem comum, por isso atuava no enfretamento das expressões da “questão social” pela via do voluntarismo, do cuidado, e do favor.

Tais características, conhecidas como “marcas de origem” da profissão, determinam uma imagem socialmente constituída do Serviço Social, visto enquanto o profissional da “ajuda” e da “filantropia”, de base eminentemente feminina, pois se identifica uma “vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas” (IAMAMOTO e CARVALHO, 1986, p.175, apud, CARMEM, FREITAS, ARAÚJO e LEITE, 2009, p.10).

Por não ter clareza de sua identidade profissional, os assistentes sociais permitiram que seus gestores determinassem qual seria seu objeto de trabalho, seus instrumentos técnicos operativos, e a quem se destinariam a sua atividade profissional, bem como, de que forma e com que objetivo suas atividades seriam conduzidas. Não é difícil, diante do exposto, captarmos o porquê de o pensamento acrítico e conservador ter sido quase unânime no meio profissional do Serviço Social por tanto tempo, nutrindo explicações e posicionamentos moralizantes em face dos problemas sociais e junto aos usuários de seus serviços (FORTI, 2017). Na realidade, ocorreu que,

O Assistente Social por estar imerso na identidade dada pela classe dominante que o criou, ficava difícil que ele mesmo descobrisse a sua real identidade e percebesse as contradições que faziam parte de sua rotina de trabalho. Essas contradições que levavam à práticas vazias de realidade social começaram a ficar insustentáveis, provocando fragilidade e falta de solidariedade entre os demais profissionais, enfim, estavam sem identidade de classe (PEREIRA, 2005, p.03).

Neste período, mais especificamente em 1957, é criada a Lei de Regulamentação da Profissão, que a partir de sua perspectiva reguladora, delega aos conselhos profissionais a função de controle.

Na experiência das entidades de organização dos assistentes sociais, temos um exemplo na direção inversa até a década de 1970: as duas entidades tradicionais, ABESS (atual ABEPSS) e o Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) (atual CFESS) já foram espaços de expressão do pensamento conservador hegemônico na profissão até a virada, embora se deva atribuir a elas um imenso legado em torno da organização da categoria (LOPES, 2016, p.241).

Devido a inúmeros fatores e ao contexto social da época, no final da década de 60 e início da década de 70, teve início um movimento de ruptura com as práticas do Serviço Social, numa tentativa de mudá-las, conseqüentemente mudando a sua identidade profissional. É inegável que o movimento crítico no Serviço Social iniciado em meados de 1960, tenha provocado um processo que, mesmo que comporte alguns

equívocos, indubitavelmente viabilizou avanços importantes à profissão e lhe trouxe novos aportes teóricos, inclusive substancialmente críticos (FORTI, 2017, p.10).

2.2. O movimento de reconceituação do Serviço Social e a reconstrução da imagem profissional

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, deflagrado em 1965, em meio aos movimentos por mudanças e a reação contrarrevolucionária, constitui-se um marco histórico nessa profissão, pois, desencadeou-se a crítica ao Serviço Social Tradicional e contribuiu para a construção da alternativa crítica de orientação marxista.

O movimento foi construído por segmentos expressivos de profissionais intelectuais de Serviço Social que, em diferentes países, desencadearam a crítica ao Serviço Social tradicional, desenvolvido na América Latina desde sua origem, com a criação da primeira escola de formação de profissionais, fundada no Chile, em 1925 (CASTRO, 1984). É deflagrado em um contexto de profunda agitação social (constituída pelos movimentos progressistas e revolucionários do final da década de 50 e início da década de 60, animados, destacadamente, pela vitória da Revolução Cubana, em 1959; e também pelos movimentos de resistência à contrarrevolução que se organizava e se impunha através das ditaduras militares), impulsionou e alimentou a crítica no Serviço Social (LOPES, 2016, p.237).

O Serviço Social brasileiro adentra no Movimento de Reconceituação durante a vigência do Regime Militar, em um contexto de ditadura, repressão, mas também de efervescência dos movimentos sociais.

A profissão assume as inquietações e insatisfações deste momento histórico e direciona seus questionamentos ao Serviço Social tradicional através de um amplo movimento, de um processo de revisão global, em diferentes níveis: teórico, metodológico, operativo e político. Este movimento de renovação que surge no Serviço Social na sociedade latino-americana impõe aos assistentes sociais a necessidade de construção de um novo projeto comprometido com as demandas das classes subalternas, particularmente expressas em suas mobilizações (YAZBECK, 2009, p.148).

Esta profissão no Brasil que até então dependia da literatura européia e norte-americana no processo formativo, utilizando de manuais de orientação de prática, “avança passando pelo pensamento de Althusser, Gramsci, Lukács, Lefebvre e o aprofundamento da apreensão do pensamento de Marx, no próprio Marx” (LOPES, 2016, p.242), também se apropriando do pensamento de inúmeros outros importantes pensadores marxistas, inclusive latino-americanos, que a complexidade dos objetos e temáticas de estudos, das análises dos objetos e da prática profissional foi exigindo.

O Movimento de Reconceituação do Serviço Social Latino Americano, aponta para uma ruptura ideológica, teórica, metodológica e operacional com as concepções vigentes até esse momento, e passa a assumir um compromisso com as massas despossuídas.

A reconceituação sustenta que o projeto histórico da América Latina é a libertação das massas oprimidas e o fim da dependência, no sentido de uma mudança estrutural e promovem uma nova ordem social. (...) é por isso que o Serviço Social reconceitualizado reclama para si uma atuação dentro do campo da conscientização, capacitação,

organização e mobilização social: elementos mediante os quais seja possível visualizar a libertação do homem (CELATS, 1980, p.102-103 apud LOPES, 2016, p.100).

Contudo, o marco da aproximação com as categorias analíticas de Marx será o III Congresso de Assistentes Sociais, realizado em São Paulo no ano de 1979, denominado “Congresso da Virada”, em que se elegeu o pensamento crítico dialético de Marx como método de estudo da realidade.

Este congresso teve uma reviravolta no seu processo de organização, deixando de ter uma programação conservadora como estava previsto, para assumir um caráter “renovado”,

O caráter conservador e oficial, impresso ao III CBAS, se manifestou na contramão do processo de mobilização e de lutas da classe trabalhadora em curso na sociedade brasileira. A comissão organizadora deste congresso institui uma Comissão de Honra que homenageiam que homenageava os dirigentes da ditadura na pessoa do General Figueiredo, e dos ministros Murilo Macedo (trabalho) e Jair Soares (Previdência), convidados para a abertura e o encerramento (...) este quadro se reverte, as intervenções dos assistentes sociais sindicalistas e de vários participantes do congresso repudiam a homenagem aos militares que torturam e mataram operários, estudantes e trabalhadores em geral, cerceou o direito à livre organização e expressão, instaurou no país o obscuralismo. Esses elementos são determinantes para a ação ofensiva e organizada que deriva na virada do congresso. A comissão organizadora do CBAS passa a alterar a programação pré-estabelecida a partir das deliberações das assembléias permanentes, que ocorriam diariamente com a adesão de novos congressistas (CABRAL e ABRAMIDES, 2009, p.55).

O maior significado político do III CBAS, sem dúvida alguma, é ter se constituído no marco histórico de ruptura (teórica) do Serviço Social brasileiro com o conservadorismo, fornecendo as bases teórico-metodológicas para que os assistentes sociais, hegemonicamente, repensassem sua atuação profissional e construíssem um novo projeto ético político da profissão, demarcando sua direção ao lado da classe trabalhadora na garantia dos direitos sociais.

Para Marilda Iamamoto (2008, p.48),

O movimento foi dominado pela contestação ao Serviço Social tradicional, ao modo tradicional de operar. Foi um questionamento global da profissão, de seus fundamentos teóricos, ideológicos e de suas raízes sócio políticas”. O processo de Reconceituação proporcionou aos Assistentes Sociais uma visão de mundo diferente, alterando de micro para macro, tornando-se mais global, onde não se aceitava mais observar somente o indivíduo, e sim que este fazia parte de um todo que precisava ser visto de forma crítica. O novo eixo de preocupação mudou do particular para o geral e de uma visão psicologizante e interpessoal, para uma visão política da interação e da intervenção.

O Congresso da Virada teve “grande visibilidade pública e alcance social, [...] institui-se como solo fecundo, onde foram alcançadas as raízes de um projeto ético-político profissional comprometido com a construção de uma nova sociedade” (MARTINELLI, 2009, p. 97).

O Serviço Social passa por um profundo processo de renovação, repercutindo em mudanças legais que contribuem para alteração da autoimagem profissional, dentre as mais importantes, destaca-se: a produção em 1982 do livro “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica”, por Marilda Vilela Iamamoto e Raul de Carvalho, no qual os autores apresentam o Serviço Social como trabalho, com base numa leitura de Marx e afirma que ele está inserido em processos de trabalho, tendo como objeto de intervenção as expressões da questão social; a aprovação do novo Código de Ética Profissional (CFESS, 1993) e a implementação pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS do currículo mínimo (1996).

2.3. METODOLOGIA

2.3.1. Unidade de Análise

A pesquisa em pauta teve como finalidade identificar a imagem profissional dos assistentes sociais sob a percepção dos gestores das políticas sociais de um município de pequeno porte II¹ situado na região Vertente do Caparaó.

É válido ressaltar que se optou neste artigo, por não citar o nome da cidade em que a pesquisa foi realizada pelo risco de identificação dos profissionais que concederam a entrevista, tendo em vista que o município é pequeno e poucos são os espaços ocupacionais da profissão, podendo gerar constrangimentos e descumprindo com a Resolução nº 466 de 12 de dezembro 2012 do Comitê Nacional de Pesquisa – CONEP que prevê os critérios éticos a serem adotados em pesquisas que envolvem seres humanos:

Prover procedimentos que assegurem a confidencialidade e privacidade, proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros (BRASIL, Resolução nº 466, 2012).

Mesmo tendo os cuidados apresentados, durante o processo de elaboração deste artigo houveram especulações em relação as informações que estavam sendo geradas. Sabe-se que, em alguns espaços ocupacionais existem tensões entre assistentes sociais e seus respectivos empregadores/gestores, portanto, preferiu-se prezar pela ética ao invés de correr o risco de identificar e caracterizar o município conforme orientação da banca de projeto de pesquisa.

As unidades de análise desta pesquisa foram os espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais deste município, situados na Política de Assistência Social: Setor de Benefícios Assistenciais, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Abrigo Institucional “Casa Lar”. Política Municipal de Saúde: Policlínica, Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF, Centro de Atenção Psicossocial – CAPS. Política de Segurança Pública: Presídio e Fórum. Por fim, nas Instituições de Terceiro Setor: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e no Centro de Convivência para crianças de 03 a 12 anos. Sendo identificado um total de 11 gestores, entre secretários e coordenadores de equipamentos públicos e privados, que possuem em seu quadro de funcionários o assistente social.

¹ Os Municípios de Pequeno Porte II são aqueles que possuem população entre 20.001 e 50 mil habitantes (SOCIAL, 2015).

2.3.2. Tipo de Pesquisa

O tipo de pesquisa utilizada foi a exploratória, ou seja, por meio do levantamento bibliográfico procurou-se conhecer o que os renomeados autores da sociologia das profissões, discutem sobre a construção histórica da “imagem social de uma profissão”. Investigou-se também a trajetória histórica do Serviço Social, seu método, posicionamento e a imagem profissional “atribuída ao assistente social em cada período histórico” (Martinelli, 2000), assim como, o debate da categoria acerca da identidade versus imagem profissional. Por fim, para compreender a imagem que os 11 gestores do município analisado têm do assistente social, assim como investigar as demandas direcionadas à profissão, foi realizado a pesquisa de campo que consistiu em entrevistas, com formulários semiestruturados.

Para agendar as entrevistas, foi realizado contato com os gestores por meio de mensagens via WhatsApp, e-mails e também por abordagens aleatórias nas instituições. Em primeiro momento foram apresentados os objetivos da pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, explicando os direitos do entrevistado no que se refere ao sigilo das informações, riscos, benefícios e o direito a se retirar em qualquer momento da pesquisa, respeitando assim os critérios éticos, logo após de consentida, foi aplicado o questionário de entrevista.

Durante a aplicação do questionário houveram implicações gerenciais que obrigaram a pesquisadora a modificar o enfoque do estudo. A princípio o interesse era entrevistar os gestores e usuários das políticas sociais, porém, a entrevistadora foi advertida por uma profissional do Serviço Social, que soube do questionário através de seu gestor, sobre a dificuldade em mensurar as informações dos usuários, pois, teria dificuldades em identificar a amostra legítima, tendo em vista que as políticas sociais têm um público flutuante que varia. Além disso, destacou que a suposta ausência de conhecimentos técnicos por parte dos usuários sobre a profissão poderia comprometer os resultados da entrevista, levando a análises rasas e sem contribuição para a categoria.

Diante destes argumentos, a pesquisadora optou apenas pela entrevista com os gestores, tendo em vista que a autoridade imposta pelo cargo deles envolve conhecimento, ainda que básico, sobre as atribuições privativas das profissões que eles coordenam.

Com a sugestão da profissional em relação a mudança de enfoque da pesquisa que antes estava comprometida com “a imagem expressa pelos profissionais no cotidiano de atuação”, passou a se comprometer em investigar a imagem profissional que o gestor das políticas sociais tem do assistente social, foi reelaborado o formulário de entrevistas.

2.3.3. Caracterização da Amostra e Coleta de Dados

A coleta dos dados ocorreu no ambiente de trabalho dos gestores, parte destes apresentaram dificuldades em compreender as especificidades do fazer profissional dos assistentes sociais. A maioria dos entrevistados, como previa a hipótese, baseou seu conhecimento sobre a profissão, em experiências concretas com as assistentes sociais das instituições onde atuam ou já atuaram. Outros, porém, tiveram uma interpretação mais abrangente do que seria o fazer profissional do assistente social.

Os resultados foram representados por meio de tabelas, gráficos e a transcrição do próprio discurso dos gestores. As informações extraídas dos gráficos e tabelas forma tabuladas utilizando estatística simples e o discurso foi transcrito na íntegra. Todos os resultados obtidos foram analisados sob o viés marxista, demonstrando que o olhar dos gestores sobre a profissão, embora seja uma

percepção construída no relacionamento interpessoal, que não necessariamente, representa a realidade na sua totalidade, tem implicações no exercício profissional, devido a autoridade em que o gestor exerce sob o assistente social.

A abordagem realizada nesta pesquisa foi do tipo quantitativo, pois procurou-se mostrar através de dados quantitativos a prevalência de uma determinada imagem conservadora, que persiste da profissão como legado histórico influenciando as requisições impostas ao Serviço Social pelos seus empregadores/gestores.

2.4. Discussão de Resultados

Para fins desta pesquisa consideraram-se como gestores os Secretários Municipais e Coordenadores das políticas sociais, por responderem hierarquicamente pelo trabalho do assistente social no interior da instituição. Foram entrevistados 11 gestores, todos residentes no município em questão, dentre eles haviam cargos de confiança da atual gestão municipal e profissionais vinculados ao município por concurso público.

O perfil profissional dos entrevistados encontra-se representado no quadro que se segue:

QUADRO 1 – Caracterização dos participantes do grupo de foco

Código	Formação	Espaço ocupacional	Tempo de atuação	Sexo	Idade/anos
E1	Direito	Presídio	3 anos e 6 meses	Masculino	30 a 40 anos
E2	Direito	Fórum	Não respondeu	Masculino	30 a 40 anos
E3	Direito e Letras	CREAS	2 anos	Feminino	30 a 40 anos
E4	Direito e Análise de Sistemas	Policlínica	2 anos	Masculino	50 a 60 anos
E5	Ensino Médio	SMAS-Setor de benefícios	2 anos	Feminino	Mais de 60 anos
E6	Pedagogia incompleto	Abrigo para crianças	3 anos e 6 meses	Feminino	30 a 40 anos
E7	Nutrição	NASF	1 ano e 5 meses	Feminino	21 a 30 anos
E8	Administração incompleto	APAE	2 anos	Masculino	50 a 60 anos
E9	Administração	CRAS	2 anos	Feminino	50 a 60 anos
E10	Pedagogia	Casa Lar	2 anos	Feminino	30 a 40 anos
E11	Letras	CAPS	9 meses	Feminino	21 a 30 anos

Fonte: dados obtidos na entrevista, 2018.

Sobre a formação dos gestores, conforme se pode verificar no quadro 1, os dados coletados demonstram que 9% dos entrevistados possuem apenas o ensino médio, 18% possuem o ensino superior incompleto e que 73% possuem o ensino superior completo. Sendo que 50% destes profissionais formados são da área do Direito, 13% de Letras, 13% Pedagogia, 12% Nutrição e 12% Administração.

Embora a maioria dos profissionais entrevistados possua o ensino superior completo, o que chama atenção é que, sua área de formação acadêmica não está

diretamente vinculada à gestão das políticas sociais. Os profissionais do Serviço Social, Psicologia e Enfermagem que possuem na sua grade curricular disciplinas ligadas às políticas setoriais não foram considerados neste município como potenciais gestores.

De acordo com CFESS (2012), o assistente social como profissional é habilitado a atuar no planejamento, gestão e avaliação de políticas e programas sociais, e, ainda, nos espaços de controle social das políticas públicas. Contudo, devido a imagem de subalternidade atribuída a ele no decorrer da trajetória profissional, o assistente social tem sido um profissional reconhecido apenas como complementar a serviço de terceiros. Na maioria dos municípios de pequeno porte, embora seja o assistente social o responsável pela execução da gestão, operacionalidade e controle social das políticas sociais, quem efetivamente assina e recebe por esses serviços, geralmente são profissionais de maior “status” social. Pois, como se trata de cargos de confiança, o governo indica quem ele entende, muitas vezes sem levar em consideração a capacidade técnica do profissional.

No que se refere a questão de gênero, os dados demonstraram uma prevalência de mulheres na gestão dos serviços deste município, 64% são do sexo feminino, enquanto apenas 36% são do sexo masculino. Não se encontrou, nesta pesquisa, pessoas que se auto classificassem como pertencentes a outras denominações de gênero.

A prevalência de mulheres em cargos administrativos, não tem sido uma realidade em todos os espaços ocupacionais. Almeida (2017) demonstra que as mulheres correspondem a 43,8% de todos os trabalhadores brasileiros. Mas a participação vai caindo conforme aumenta o nível hierárquico. “Elas representam 37% dos cargos de direção e gerência. Contudo, nos comitês executivos de grandes empresas, elas são apenas 10% no Brasil”.

Esta discriminação de gênero é importante porque, a maioria dos assistentes sociais brasileiros são do sexo feminino, embora se reconheça a capacidade deste profissional no exercício da gestão, historicamente os empregadores não atribuíram ao Serviço Social a capacidade gerencial, revelando a imagem profissional que se tem do assistente social.

O Serviço Social não é visto, portanto, como uma profissão que toma decisões, que participa “produtivamente” na divisão do trabalho, que participa na definição dos objetivos gerais das políticas sociais ou no seu desenho com autonomia para definir os recursos a empregar, os benefícios da sua ação, que possui um conhecimento teórico-universal sobre o social (apesar de que diversos Assistentes Sociais sim atuem nestes níveis). Pelo contrário, o Serviço Social é em geral identificado, em concordância com o papel que as sociedades “patriarcais” atribuem às mulheres, como uma profissão que executa as decisões dos outros (os “políticos”) que conhece a realidade social por meio dos olhares dos outros (os “cientistas sociais”) e que assiste às populações carentes, mas como auxiliar de outros profissionais (médicos, advogados etc.) (MONTAÑO, 2007, p.101).

Esta imagem subalterna atribuída à profissão tem influenciado a requisição de trabalho do assistente social por seus empregadores/gestores nos diferentes espaços sócio-ocupacionais.

De acordo com Iamamoto, (2005), o assistente social na efetivação do seu trabalho, depende do Estado, da empresa privada e/ou das entidades não-governamentais que viabilizam aos usuários o acesso aos seus serviços, portanto, os gestores das instituições empregadoras do assistente social possuem um importante papel na concretização do trabalho deste profissional na medida em que fornecem “os meios e recursos para sua realização”, estabelecem prioridade a serem cumpridas, interferem na definição de papéis e funções que compõem o cotidiano do trabalho profissional. Daí a importância de investigar o grau de conhecimento que estes gestores têm em relação às atribuições privativas do assistente social.

Como, em geral, o interesse por uma profissão diferente ocorre quando se está relacionando com a mesma no mercado de trabalho. Questionou-se aos entrevistados a idade de cada um e o tempo de serviço. No que se refere à faixa etária dos gestores entrevistados, 18% tem de 21 a 30 anos, 46% tem de 30 a 40 anos, 27% tem de 50 a 60 anos e 9% tem mais de 60 anos. Conforme se pode verificar há a prevalência de adultos no processo de gestão, ou seja, supõe-se, que estes profissionais já exerceram outras atividades laborativas e, portanto, estão acostumados com o relacionamento com profissionais de diferentes áreas do conhecimento, ou seja, possuem maturidade para realizar análises e avaliações de desempenho.

Em relação ao tempo de serviço do profissional na instituição, percebeu-se que 73% dos gestores que responderam à pergunta se encontra no setor a aproximadamente dois anos, havendo 18% que estão no setor a mais de três anos e um dos entrevistados não respondeu. Nota-se que a grande maioria que atua como gestor, tem o mesmo tempo de atuação da nova gestão municipal, sendo essa maioria cargos de confiança. Mas apesar do pouco tempo em que trabalham na área, já é considerado tempo de serviço suficiente para conhecer a equipe técnica com que atua e gerencia, tendo condições de emitir um parecer sobre esta.

Levando em consideração que a imagem de uma profissão é formada conforme nos lembra ORTIZ (2010), “na convivência com seus agentes a partir de seu modo de ser, pensar, e de responder às demandas postas pela própria na divisão do trabalho”, o tempo de relacionamento profissional do gestor com o assistente social pode influenciar na visão que ele tem do profissional.

Diante do tempo de serviço declarado e do papel desempenhado enquanto gestor, questionou-se aos gestores sobre as expectativas profissionais em relação ao assistente social. As respostas variaram de acordo com as especificidades dos espaços ocupacionais, conforme se pode verificar no discurso abaixo:

E1: “Desenvolver programas e projetos de reinserção do preso a sociedade”.

E2: “Capacidade técnica de analisar a realidade de forma objetiva e propor soluções adequadas em cada situação trabalhada”.

E3: “Solucionar conflitos através do olhar técnico e especializado nos casos de direitos violados”.

E4: “Ser uma referência na humanização e acolhimento ao paciente/usuário SUS”.

E5: “Competência para analisar as situações relacionadas com os usuários. Solidariedade com as pessoas e famílias que chegam até a Secretaria. Atenção aos mesmos”.

E6: “Um elo entre colaborador, atendido e família”.

E7: “Atender as funções básicas da instituição, de acordo com as diretrizes pré-definidas, focada na integralidade do sujeito”.

E8: “Acolhimento, detectar os problemas, buscar soluções, conhecer os familiares”.

E9: “Assistir realmente os usuários com competência”.

E10: “Uma “equipe” a qual está sempre em parceria com a instituição”.

E11: “Competência, disponibilidade, e sempre se capacitar mais, trazendo o novo” (Dados da Pesquisa, 2018).

Nos resultados obtidos em relação ao que se busca nos profissionais do Serviço Social, na fala dos gestores é predominante a imagem de um profissional meramente executor de políticas sociais, o qual é visto por um dos gestores entrevistados (E7) como aquele que: “Atende as funções básicas da instituição, de acordo com as diretrizes pré-definidas, focada na integralidade do sujeito”, sobressaindo também um pensamento positivista e conservador da profissão, quando se busca neste profissional, “solidariedade com as pessoas”, “solucionar conflitos”, resgatando práticas ultrapassadas no interior da categoria profissional.

Outro aspecto importante a ressaltar na fala dos gestores, é a busca pela “competência” profissional e amenização dos problemas, requisitando do assistente social “soluções” messiânicas para as expressões da questão social. Sendo assim, eles relacionam a prática profissional com os ditames conservadores (assistencialista) fazendo uma reflexão acrítica da profissão.

No questionamento aos gestores sobre seu conhecimento em relação às demandas sociais e institucionais encaminhadas aos assistentes sociais, somente 10% souberam explicar essas demandas, os demais apresentaram desconhecimento sobre, de forma que não se teve clareza e objetividade em suas respostas, não sabendo especificar o trabalho e as contribuições dos assistentes sociais para com as instituições, de acordo com as exigências interventivas da profissão pautadas em suas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Apesar deste desconhecimento, reconhecem a importância do assistente social na instituição e sabem reconhecer o volume de demandas a ele encaminhadas.

E4: “É um dos profissionais mais procurados, em média realiza cerca de 30 (trinta) a 50 (cinquenta) atendimentos diários”.

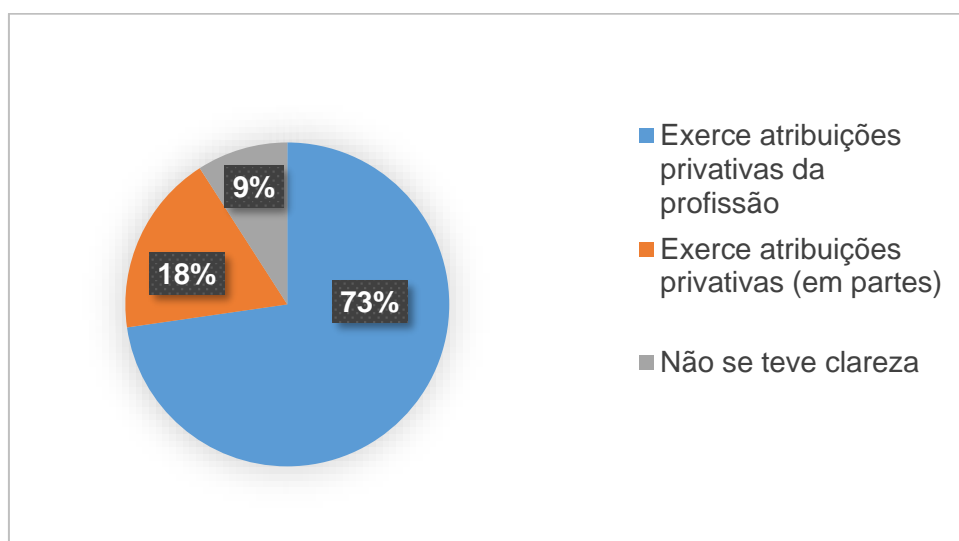
E8: “Todos os usuários passam pela Assistente Social” (Entrevista, 2018).

Inclusive quando questionados se a função institucional realizada pelo assistente social poderia ser desempenhada por um profissional de outra área, caso sua função na instituição não fosse uma obrigatoriedade legal, todos gestores reconheceram que o profissional mais habilitado para a demanda institucional é o assistente social, conforme se pode verificar na fala de um dos gestores, a seguir:

E6: “Por mais conhecimento que temos no setor social, somente a profissional irá encaminhar corretamente de acordo com a demanda” (Entrevista, 2018).

Neste contexto, questionou-se aos gestores sobre o conhecimento acerca das atribuições privativas da profissão conforme demonstra o gráfico 01:

GRÁFICO 1 – Sobre as Atribuições Privativas da Profissão



Fonte: dados obtidos na entrevista, 2018.

Os dados revelam que 73% dos gestores, responderam que os profissionais (assistentes sociais) exercem atribuições privativas da profissão, 18% responderam que estes profissionais exercem atribuições privativas em partes e 9% não se teve clareza dessas atribuições. Apesar do alto índice que informou que, o assistente social exerce as atribuições privativas no exercício profissional, quando se pediu aos gestores para especificar as atribuições privativas do Serviço Social, assim como aconteceu no caso da demanda social e institucional, eles não souberam especificá-las com clareza, observando desconhecimento do fazer profissional dos assistentes sociais, geridos por eles.

Esta constatação é preocupante porque na medida em que o gestor desconhece o fazer profissional do assistente social, corre-se o risco de ter uma imagem equivocada da mesma, e, portanto, requisitar a ele algo que não seja da sua competência, emitindo pareceres desfavoráveis a este profissional quando ele se opor a fazer o que não é privativo pela defesa da identidade profissional. Neste sentido, de maneira informal um dos entrevistados relatava que havia chegado recentemente à instituição pesquisada e que não tinha muitos elementos de análise acerca da assistente social daquela instituição, porém, a imagem que ele tinha do assistente social era do convívio com a profissional de outra instituição onde atuou, e a considerava “enjoada” porque requisitava a ele, enquanto gestor, instrumentos de acesso aos direitos do usuário, “incomodando a direção” para “superproteger os usuários”.

Nesta lógica, verifica-se que analisar a imagem profissional dos assistentes sociais a partir da óptica dos gestores, implica em considerar que, a imagem social de uma profissão está vinculada a vários elementos objetivos e subjetivos, ou seja, os gestores podem criar uma imagem que não confere com a realidade vivenciada pelo profissional. “Essa percepção pode se basear no que a pessoa conhece, como também no que ela pensa que conhece” (MARCONI, 1997, apud, MACHADO, 2009, p.31). Contudo, independentemente dos fundamentos da visão do gestor sobre o Serviço Social, acredita-se que, esta imagem pode ter rebatimentos sobre a profissão, daí a importância deste estudo, pois o assistente social é, na maioria das vezes, um trabalhador assalariado, o qual vende sua força de trabalho, portanto, precisa minimamente de legitimidade para permanecer atuando.

O fato do gestor desconhecer as contribuições, o trabalho e não ter muita clareza das atribuições privativas da profissão, somando à necessidade de legitimidade dos profissionais junto à instituição, sobretudo em casos que os assistentes sociais são contratados, pode haver a pressão de que o assistente social execute funções que não são da sua competência técnica, descaracterizando a profissão, ou se limitando a práticas, rotineiras, burocráticas e exercíveis por um profissional sem especialização, tais como: doações de alimentos, de fraldas geriátricas, medicamentos, acompanhamento do usuário a exames médicos, entre outros.

Tais práticas atribuem ao profissional que as exercem, uma imagem negativa da profissão, retomando o passado histórico conservador/assistencialista do Serviço Social.

As ações do Conjunto CFESS-CRESS, em torno da questão das atribuições privativas e competências profissionais, vêm se dando na clareza de que tais ações não podem ser engendradas fora do contexto em que o exercício profissional se materializa, e que esse contexto apresenta tanto demandas que podem potencializar o trabalho profissional de assistentes sociais, como também — e isso vem ocorrendo com muita incidência — apresentar um conjunto de requisições que visam descaracterizar a profissão (MATOS, 2015, p.695-696).

Neste sentido, os agentes fiscais do Conselho Regional de Serviço Social-CRESS tem visitado diversos espaços ocupacionais dos assistentes sociais para esclarecer ao empregador/gestor, de maneira educativa, as especificidades do processo de trabalho dos assistentes sociais, com salas de atendimento reservadas que garantam sigilo profissional, atendimento e produção de relatórios independentes de outros saberes, arquivos privados, carga horária semanal de 30 horas, direito de se abster a ter estagiário, dentre outros. Quando ocorre assédio moral ou exercício ilegal da profissão, o Conselho da categoria, como órgão máximo de representação, aplica às instituições penalidades que podem variar de advertência verbal até pagamento de multas.

Por fim, se analisou o conhecimento dos gestores sobre o Serviço Social, dando embasamento para concluir sua visão sob a imagem profissional dos assistentes sociais. Realizando o seguinte questionamento: “o que é o Serviço Social para você? Descreva.” As respostas variaram conforme segue:

E1: “Profissional de extrema importância para garantir os direitos que, por vezes, são negados aos dependentes do sistema público”.

E2: “Na minha opinião tem-e uma visão que a assistente social é um profissional cujas funções estão atribuídas a conflitos sociais onde há extrema vulnerabilidade social. Em um país como o Brasil uma profissão mal vista pela elite, de menor importância. Porém, quem conhece a realidade desses profissionais sabe sua verdadeira importância. Não apenas em um cenário de desigualdade social conflitivo, mas em outros aspectos da vida social geral”.

E3: “Os que eu conheço transmitem uma imagem séria, dentro das normas atribuídas ao profissional”.

E4: “É a especialidade responsável pela relações interpessoais, absorção dos problemas e consequentemente a busca incessante da solução dos mesmos”.

E5: “É o principal caminho para se chegar ao bom atendimento que relacionado com as políticas sociais”.

E6: “Para mim é uma forma de fazer com que a família busque melhorias para sua vida social. O nosso papel é fortalecer os vínculos, e sinto que amparamos nossas famílias fazendo com que seus direitos sejam resguardados e não violados”.

E7: “O Serviço Social é uma vertente ampla do cuidado ao indivíduo. É sinônimo de atenção e humanização, características tão escassas em nosso meio. O Assistente Social é determinante para o cumprimento de nosso direito e acesso aos serviços básicos, principalmente em famílias de maior vulnerabilidade”.

E8: “O serviço que acolhe, cuida da dignidade das pessoas auxiliando na realização dos direitos e deveres dos cidadãos”.

E9: “Serviço Social é para quem dele precisa e na atual situação do Brasil ele é muito necessário. Tirar o ser humano do ciclo repetitivo que a maioria das famílias se encontram. Serviço Social presta socorro e ajuda a sair de situações com palestras, cursos, visitas etc.”

E10: “Um profissional muito importante não só para a Instituição mas para com a sociedade”.

E11: “É um profissional de caráter interventivo, que se baseia em instrumentos e métodos multidisciplinares das ciências sociais para analisar e propor adequações nas diversas questões sociais das comunidades” (Dados da Pesquisa, 2018).

As respostas apresentadas pelos gestores revelam duas principais perspectivas: uma vinculada ao cuidado quase messiânico e vocacional e outra a organização e manutenção da ordem. Ambas equivocadas. Conforme nos lembra Iamamoto (1992), deve-se evitar visões messiânicas ou fatalistas da profissão.

Dentre os entrevistados ficou evidenciado que os gestores atribuem aos assistentes sociais do município pesquisado, uma imagem profissional conservadora, com traços existentes na gênese da profissão, não evidenciando a atuação do Assistente Social como um profissional garantidor de direitos. Houve apenas uma fala que relacionou o assistente social a uma prática interventiva, contudo, sem compreender com clareza o objeto de trabalho do assistente social e sua finalidade.

Verifica-se assim que, a imagem atribuída pelos gestores à profissão, não representa a contemporaneidade do Serviço Social, “trazendo fortes resquícios de um Serviço Social obsoleto, que atuava realização de caridade sendo bonzinho, ou punindo os seus usuários em nome do Estado ou da moral e dos bons costumes” (FERREIRA e ALMEIDA, 2014, p.14).

Constata-se que, mais do que nunca, os Assistentes Sociais enquanto profissionais, se não fizerem uma profunda e constante reflexão de sua prática, os fatores que determinam e limitam a ação interventiva, acabarão por tomarem força, e a prática profissional ficará condicionada às pequenas atuações de caráter paliativo.

3. CONCLUSÃO

Em virtude do que foi exposto no presente estudo, conclui-se que a imagem profissional atribuída ao assistente social ao longo da história o associou a práticas pontuais e fragmentadas de ajuda e controle social. Contudo, durante anos esta foi a identidade do assistente social. Porém, mesmo depois do movimento de renovação em, 1970, quando o Serviço Social optou pelo método marxiano e consequentemente alterou as diretrizes curriculares para a formação profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética Profissional demonstrando sua posição em favor da garantia intransigente de direitos sociais, permaneceu no “imaginário” de seus usuários e “empregadores” a imagem conservadora da profissão como legado histórico.

Nesta pesquisa, os resultados demonstraram que a imagem que os gestores das políticas sociais deste município de pequeno porte II têm do Serviço Social é conservadora, pois tende a relacionar a profissão com o cuidado messiânico e com a manutenção coercitiva da ordem, ambas atribuições remetem aos traços existentes na gênese da profissão, não evidenciando a atuação do Assistente Social como um profissional garantidor de direitos. Neste sentido, conclui-se que a imagem profissional dos assistentes sociais sob a óptica do empregador/gestor é negativa, pois a associa ao modelo conservador da profissão.

Como trabalhador assalariado, a visão do gestor acerca do assistente social é muito importante, pois é ele que demanda suas ações, atividades e intervenções, oportunizando ao assistente social o contato com os usuários do serviço. Nos resultados desta pesquisa, notou-se o desconhecimento dos gestores com a profissão em sua atual conjuntura, fato que influencia suas práticas no cotidiano de trabalho e que contribui para descaracterização da imagem profissional dos assistentes sociais.

Deste modo, essa imagem na visão dos gestores das políticas sociais, entrevistados, está vinculada ao passado histórico do Serviço Social, estes não têm a percepção da profissão reconceituada/renovada.

Nesse viés a avaliação realizada pelos gestores através desta pesquisa, é relevante para a categoria profissional, e para discentes e docentes que pretenderem aprofundar a temática. Sendo assim, em possíveis pesquisas futuras, fazer análise da autoimagem da profissão, podendo relacionar com seu processo histórico e com o presente estudo, compreendendo sua posição e desafios na contemporaneidade.

4. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABRAMIDES, M. B.; CABRAL, M. S. A Organização Política do Serviço Social e o Papel do CENEAS/ANAS na Virada do Serviço Social brasileiro. In: 30 anos do Congresso da Virada. **Anais**. Brasília, 2009.
- ALMEIDA, Cássia. **Mulheres estão em apenas 37% dos cargos de chefia nas empresas**. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia.html>>. Acesso em: 25 out. 2018.
- ALMEIDA, Maria Weila Coêlho. FERREIRA, Tarcísio José Almeida. A imagem do serviço social no cinema. *Periódico Científico Projeção, Direito e Sociedade*. 2014 vol. 5 nº 1.
- ALVES, Adriana Amaral Ferreira. **Os atuais processos de avaliação da política de assistência social no Brasil**. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2007.
- AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 9.ed São Paulo: Cortez, 1997.
- BADARÓ, Iúbia. Múltiplas expressões da questão social ecoam sobre a Infância e Juventudes. *Revista SER Social*, Brasília, v. 15, n. 32, p. 167-183, jan./jun. 2013.
- BARBOSA, Carmen Virgínia Dias. FREITAS, Monize Santana. ARAÚJO, Nailsa Maria Souza. LEITE, Vanessa Aragão Santos. **A Imagem da Profissão de Serviço Social em Sergipe sob o prisma dos alunos dos cursos de Serviço Social no momento do ingresso e da conclusão de sua formação acadêmica**. Rio de Janeiro, 2006. Curso de Pós-graduação em Serviço Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. **Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 20 abr. 2018.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: 07 nov. 2018.
- CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo, Cortez, 1986.
- CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Reflexões sobre atribuições privativas do(a) assistente social. 1ªed.ampliada. 2012.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistentes Sociais no Brasil: Elementos para o Estudo do Perfil Profissional**. 2005. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acesso em: 01 dez. 2018.
- FORTI, Valéria Lucília. Pluralismo, Serviço Social e projeto ético-político: um tema, muitos desafios. *Revista: Katálisis* vol.20 no.3 Florianópolis set./dez. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-498020170003. Acesso: 02 mai. 2018.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 5ª ed. São Paulo, Cortez; Celats, 1986.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9 ed. São Paulo, Cortez, 2008.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. São Paulo: Cortez, 1992.
- LOPES, Josefa Batista. **50 anos do movimento de reconceituação do serviço social na América Latina: a construção da alternativa crítica e a resistência contra o atual avanço do conservadorismo**. *Revista de Políticas Públicas*, vol. 20, núm. 1, ano. 2016. Universidade Federal do Maranhão.
- MACHADO, Layla Beatriz Cordeiro Valadares. **Confrontando motivos e imagens relacionados à carreira: um estudo com profissionais de nível superior que se direcionam para o setor público**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração). Belo Horizonte. Faculdade de Ciências Empresariais – FUMEC-FACE. 2009.
- MARTINELLI, Maria L. **Serviço Social; identidade e alienação**. 6ª. Ed. São Paulo,

Cortez, 2000.

MARTINELLI, Maria Lucia. Análise do contexto socioeconômico e político no Brasil na década de 1970 e suas implicações para o Serviço Social. In: 30 anos do Congresso da Virada. **Anais**. Brasília-DF, 2009.

MATOS, Maurílio Castro de. **Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0678.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

MIRANDA, A.P.R.; CAVALCANTI, P.B.O. O Serviço Social e sua ética profissional. In: Revista: **Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**. Ano 1, nº 2, julho de 2005. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br>>. Acesso em: 02 mai. 2018.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: Um Ensaio Sobre sua Gênese, a "especificidade" e sua reprodução**. São Paulo, Cortez, 2007.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem e auto-imagem de seus agentes**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

PEREIRA, Tânia Maria Dahmener. **Identidade Profissional do Assistente Social no sistema Penitenciário**. Palestra ministrada no I Encontro de Serviço Social da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro, realizado nos dias 13,14 15 de maio de 2005 em Miguel Pereira/RJ.

SOCIAL, Painel. Secretaria de desenvolvimento social do Estado de São Paulo. 9ª ed. Junho/2015. **Anais**. São Paulo, 2015.

YASBECK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS (Org.). **Serviço Social, direitos sociais e competências profissionais**. Brasília-DF, 2009.

_____. Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS (Org.). **Serviço Social, direitos sociais e competências profissionais**. Brasília-DF, 2009.